

Se liga na Rocinha!



Julho de 2022 - Informe nº 6 do projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva
Ampliando oportunidades de educação de crianças em contextos de vulnerabilidade
Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI/PUC-Rio
Diretora: Irene Rizzini (Profª PUC-Rio/DSS) | Coordenadora Executiva: Maria Cristina Bó
Autoras: Eliane Gomes, Leandro Castro e Renata Mena Brasil do Couto
Editores: Renata Brasil, Irene Rizzini e Malcolm Bush



O projeto Primeira Infância Participativa e Inclusiva visa conhecer os desafios e as oportunidades para a educação das crianças pequenas na Rocinha¹. Neste informe, apresentamos os resultados das consultas realizadas junto a pais, mães e responsáveis moradores/as da comunidade. Os/as entrevistados/as responderam perguntas sobre os temas inclusão, participação e segurança, relacionando os assuntos à educação das crianças nas creches, pré-escolas, em casa e na comunidade.

Inclusão

A inclusão foi um tema tratado pelos entrevistados de forma ampla. Surgiram aspectos relacionados ao acesso à educação, saúde, lazer, acessibilidade, transporte e renda. Apesar disso, percebemos como o tema ainda é pouco discutido entre os pais e responsáveis de crianças na Primeira Infância: **“Eu acho que eu nem escuto essa palavra inclusão.”** (Entrevistada 15).

Em relação à educação das crianças, um número considerável de entrevistados entendeu a inclusão a partir do acompanhamento dos pais e/ou responsáveis do processo de educação dos filhos, apoiando seu desenvolvimento e aprendizagem: **“Inclusão (...) pra mim é ter o pai, a mãe, a vó (...) todo mundo incluído na educação do filho, né? Tipo assim, participando.”** (Entrevistado 10). A inclusão também apareceu no sentido das crianças pequenas serem acolhidas nos espaços de educação infantil, por meio da interação, da escuta e da convivência como práticas que possam contribuir para o bem comum. Sobre as creches e pré-escolas, parte dos entrevistados mencionou a necessidade de oferta de um número maior de profissionais qualificados como forma de apoio às crianças e suas famílias, incluindo atendimento especializado para as crianças com deficiência (PCD), doenças crônicas e/ou quaisquer déficits que possam impactar em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Quando consultados se algumas crianças da Rocinha são tratadas de forma diferente, a maioria dos entrevistados respondeu que sim, apontando aspectos da convivência familiar e comunitária, fatores sociais, econômicos e a dificuldade de acesso

aos espaços de educação infantil dentro e fora da comunidade. De acordo com os participantes, as crianças tratadas de forma diferente são aquelas que não recebem o devido apoio da família, seja porque os pais trabalham longas horas e não conseguem acompanhar o cotidiano dos filhos na escola ou pela precariedade de acesso à renda e/ou desemprego da família. A dificuldade de acesso aos espaços de educação infantil, devido à falta de vagas, e a ausência de espaços de lazer para as crianças pequenas contribui para o cenário de desigualdade na comunidade.

Em relação às atividades propostas nas creches e pré-escolas, a maior parte dos entrevistados disse que as crianças não têm dificuldades para participar. Porém, alguns pais e responsáveis sinalizaram que a falta de diálogo entre as instituições de ensino e as famílias, o número reduzido de profissionais e o acesso limitado à internet no contexto da pandemia são fatores que impactam na participação das crianças. Uma das entrevistadas, mãe de uma criança com deficiência e doença crônica, revelou que o filho sofre exclusão na creche por conta de suas limitações e do medo que a escola tem de que ele se machuque, evidenciando os desafios de algumas instituições para garantir a inclusão de crianças com esse perfil na rotina escolar.

Visando ampliar a participação das crianças nas creches e pré-escolas, os entrevistados propuseram alternativas diversas, como a garantia de acesso à internet para as famílias via projetos do governo, o aumento do número de professores e a presença de profissionais especializados. Foi destacada a importância do atendimento multiprofissional para as famílias, com

psicopedagogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais. Nesse sentido, a integração entre escolas, famílias e iniciativas locais de atenção à Primeira Infância é fundamental para a garantia da inclusão na educação infantil.

Ao perguntarmos se existem pais na comunidade que gostariam de colocar seus filhos em creches e pré-escolas, mas não conseguem vagas, a maioria dos entrevistados disse que sim: **“Não é todo mundo que consegue não, tá. Porque as vagas são poucas, né?”** (Entrevistada 15). Pais de bebês e de crianças com deficiências alegaram ser ainda mais desafiador por conta da atenção especial que seus filhos necessitam. Além da defasagem na oferta de vagas para educação infantil, principalmente quando se trata do serviço público e de creche, algumas famílias enfrentam dificuldades para pagar as mensalidades do ensino privado. Algumas famílias tiveram ainda mais dificuldades para manter os filhos nas creches e pré-escolas durante a pandemia, uma vez que o desemprego e a precarização do trabalho aumentaram nesse período. Nos chamou a atenção a falta de informações em relação à matrícula das crianças da comunidade, uma vez que um número considerável de pais disse não saber informar como essas decisões são tomadas nas instituições de ensino.

Em relação ao que gostam nas creches/pré-escolas que os filhos frequentam, a maioria das famílias compartilhou gostar das atividades propostas que ensinam as crianças a ter desenvoltura, a falar e a ter independência. Parte das famílias sinalizou gostar da relação entre profissionais de creche, crianças e famílias, especialmente quando são criados canais de comunicação e aproximação para a participação dos pais junto às instituições. Sobre o que não gostam, ao longo das entrevistas, mencionaram a falta de comunicação entre as instituições e as famílias, o número reduzido de profissionais, a falta de atenção individualizada com as crianças, a não adaptação das instituições às crianças com deficiências, transtornos e/ou doenças crônicas e até mesmo a má qualidade da alimentação oferecida.

Identificamos também propostas que poderiam melhorar o atendimento oferecido, como a oferta de vagas em tempo integral, a oferta de capacitação para os professores, cursos de idiomas, profissionais especializados em psicologia e fonoaudiologia, atividades esportivas, atendimento emergencial de saúde e acessibilidade. Para fazer um trabalho melhor, parte dos entrevistados disse que as creches e pré-escolas precisam de mais

investimentos, inclusive do governo, para melhorar a infraestrutura e ampliar o número de vagas e de profissionais qualificados para apoio e foco no desenvolvimento das crianças.

Participação

A participação foi definida pelas famílias como sua presença constante no cotidiano das crianças, interagindo com elas e acompanhando seu desenvolvimento e aprendizado: **“Tudo você tem que participar da criança. Ver ele crescer, ficar do lado dele, né? Porque ele depende da pessoa. Não maltratar e dar educação.”** (Entrevistada 6).

Os entrevistados consideraram importante também acompanhar e dar suporte às crianças em suas atividades escolares e participar de reuniões e outras atividades propostas pelas creches e pré-escolas, fortalecendo a relação entre as famílias e os profissionais de educação. Essa não é uma tarefa simples, especialmente para as mães solo, que precisam cuidar das crianças e da rotina de suas casas sozinhas, e para aqueles que trabalham fora de seus núcleos familiares, que dependem de autorização de suas chefias para estar presente nessas ocasiões.

Em menor escala, houve quem criticasse algumas instituições por não informar às famílias sobre a rotina das crianças no espaço e por não envolver os adultos nas atividades: **“A gente nunca é convidado pra participar de nada.”** (Entrevistada 7). Isso porque o esforço para envolver as famílias e as crianças no cotidiano das creches e pré-escolas e para diversificar a oferta de atividades foi valorizado pelos entrevistados, especialmente no que diz respeito àquelas com deficiências e com doenças crônicas: **“Participação tem a ver pra mim com inclusão, é incluir a criança na atividade, sabe, de modo geral. (...) Incluir a criança nas atividades, no dia a dia, em tudo.”** (Entrevistada 17).

Em relação à participação das crianças na comunidade, alguns participantes disseram que as crianças não fazem nada no local, uma vez que não conhecem espaços acessíveis e/ou interessantes para elas. Também foi mencionada a falta de manutenção das praças locais e a ausência de brinquedos gratuitos voltados para as crianças pequenas. Outros apontaram também o risco de exposição à violência e os tiroteios como um perigo que restringe a circulação das crianças nas ruas da comunidade. Por outro lado, alguns participantes mencionaram que seus filhos frequentam espaços da comunidade, embora eles sejam insuficientes para atender à

demanda local. Parque, quadra esportiva e parte da floresta, localizados em diferentes áreas da Rocinha, foram citados. Também foram mencionadas iniciativas particulares de cuidadoras de crianças, muito funcionais para famílias com crianças fora das creches e pré-escolas e por pais e responsáveis cujo horário de trabalho é incompatível com o horário de saída das instituições formais de ensino.

Em relação à participação das crianças nas creches e pré-escolas, a maioria das famílias se revelou satisfeita, embora a inclusão de profissionais das áreas de psicopedagogia, psicologia e fonoaudiologia poderiam trazer ganhos para o envolvimento de seus filhos nas atividades propostas. Crianças com dificuldades de fala, de concentração e aquelas já diagnosticadas com deficiências/déficits e/ou doenças crônicas seriam especialmente beneficiadas. Os pais e responsáveis declararam participar das reuniões e atividades propostas pelas instituições de educação, consultar a agenda escolar e conversar com as crianças para acompanhar seu desenvolvimento e aprendizado. No geral, eles se mostraram satisfeitos com isso. Alguns disseram não poder se dedicar tanto quanto gostariam por falta de tempo, mas contam com o apoio de familiares e mesmo de grupos virtuais, especialmente comuns desde a pandemia de Covid-19, para se fazerem presentes.

Em casa, as famílias costumam brincar e propor atividades educativas às crianças: **“É tão bom! A gente ri tanto. É tão divertido.”** (Entrevistada 16). Jogos, desenho, pintura, leitura e músicas foram mencionados como recursos usados para auxiliar o aprendizado das crianças em casa, sempre com um toque de criatividade e adequação às realidades distintas. Uma entrevistada, não alfabetizada, costuma contar histórias para netos através das imagens dos livros, uma estratégia adaptada para enfrentar uma realidade adversa. Ensinar sobre rotina, higiene pessoal e a realizar tarefas domésticas também foram mencionadas como estratégias para auxiliar à educação. A realização dos “deveres de casa” propostos pelas creches e pré-escolas também foi destacada como uma tarefa importante pela maioria das famílias.

De diferentes formas, todas os entrevistados revelaram esforços para ajudar as crianças a aprender em casa, embora alguns tenham expressado sentir dificuldades em fazer isso pela falta de tempo, de recursos e mesmo de estudo: **“Ela aprendeu sobre invertebrados e vertebrados. E eu pensava: ‘como eu vou explicar isso a ela?... Eu, na idade dela, não sabia nem escrever meu**

nome.” (Entrevistada 2).

Segurança

Os pais e responsáveis moradores da Rocinha revelaram um entendimento sobre segurança muito marcado por aspectos territoriais e pela violência física. Isso se explica pelo fato de estarem expostos a trocas de tiros entre policiais, comerciantes varejistas de drogas ilegais e facções rivais e por terem seu acesso a bens e serviços públicos limitado pela quase ausência do Estado na comunidade.

Em relação às crianças na Primeira Infância, eles consideraram fundamental protegê-las contra confrontos armados, pessoas que possam lhes fazer mal e contra acidentes domésticos: **“Segurança pra mim é você poder ir e vir sem ter uma preocupação de que algo possa acontecer com a criança, com você.”** (Entrevistada 16). Nesse sentido, a presença constante dos pais, familiares e pessoas que zelam pelas crianças, oferecendo atenção, cuidado e educação, foi citada como um elemento capaz de aumentar a segurança na Primeira Infância: **“Eu acho que eles não entendem muito bem como a gente entende essa questão (...) de violência urbana e tudo mais. Então, eu acho que o principal fator que gere segurança pra uma criança seria esse mesmo. O apoio que aquele núcleo mais próximo dela dá pra ela. O sentido de carinho que ela recebe. Eu acho que seria isso.”** (Entrevistado 20).

Em relação a Rocinha, a maioria dos entrevistados disse que os filhos não estão seguros na comunidade. A presença ostensiva de armas e drogas ilegais e os tiroteios foram determinantes na maioria das respostas negativas. Por outro lado, alguns moradores relativizaram a violência cotidiana e expuseram uma outra forma de ver o tema, valorizando laços comunitários que apoiam o cuidado com as crianças, especialmente importantes para as mães que também trabalham fora de casa. Além disso, alguns mencionaram a existência de leis locais, impostas pelo comércio ilegal de drogas, que reduzem a incidência de crimes como roubos, sequestros e abusos de crianças.

Ao perguntarmos aos pais e responsáveis como a segurança dos filhos na comunidade poderia melhorar, parte das respostas girou em torno da extinção do comércio ilegal de drogas. Mais respeito entre as pessoas, com menos preconceitos; escolas em tempo integral; mais serviços e oportunidades para a comunidade, especialmente para as crianças e para os jovens; mais acesso à saúde e a médicos especializados; e soluções de saneamento básico,

com fechamento de valas que causam doenças, foram algumas das alternativas propostas.

Em relação a quais espaços consideram seguros na comunidade, parte dos pais e responsáveis disse que sua casa era o único lugar seguro, seja porque os filhos estão na sua companhia, seja porque a habitação tem acesso restrito ou por ser cercada por outras construções, ficando menos exposta em casos de confrontos armados. Entre os pais e responsáveis de crianças portadoras de deficiências, foi destacada a importância de redobrar a atenção e adaptar a casa para as necessidades particulares das crianças: ***“Tá seguro em casa, mas aí eu tenho que segurar ele, porque ele não tem medo do perigo (...) na minha casa não tem mais nada pra sentar, só tem uma mesinha, eu tirei tudo de perto dele porque ele sobe e que pular.”*** (Entrevistada 15). Outra parte dos moradores disse não haver espaços seguros para crianças na localidade, no geral, por conta da violência armada: ***“A criança não tem mais espaço fora de casa pra brincar aqui (...). Hoje, se for brincar no beco, você corre, dá três passos, tá batendo de cara com uma arma.”*** (Entrevistada 4).

A segurança das crianças nas creches e pré-escolas foi outro ponto abordado nas entrevistas. Quase todos disseram que os filhos estão seguros nas instituições que frequentam, especialmente porque elas têm protocolos para os casos de confrontos armados, como esconder as crianças no local mais seguro, trancar as portas e não deixar ninguém entrar e sair; elas restringem o acesso de pessoas, mantendo o portão fechado e profissionais monitorando a circulação; as crianças só deixam a instituição acompanhadas de responsáveis autorizados; e elas avisam nos casos de problemas de saúde: ***“Tá. Porque a gente vê todas as estruturas que eles oferecem pra gente. (...) Todos os funcionários lá bem atentos (...) Todo mundo bem cuidadoso.”*** (Entrevistado 19). Parte dos entrevistados mencionou que os problemas de segurança que identificam não seriam específicos da creche e estariam relacionados ao fato de que as creches também estão sujeitas aos riscos provocados por eventuais confrontos armados e que, no caminho até às instituições, por vezes, as crianças acabam expostas à venda ilegal de drogas e à presença de pessoas armadas.

Ao serem perguntados sobre como seus filhos se sentem em relação à segurança, parte dos entrevistados disse perceber que as crianças ficam agitadas e assustadas quando ouvem fogos de artifício e tiros na comunidade: ***“Com 3 anos ela já entende sim, que é tiroteio, que vai vir alguém, entendeu?” Ela fica ‘Mamãe, mamãe! Fogos, fogos!’.*** ***Ela não pode ver as pessoas com arma que ela fala ‘ih, vou morrer, vai matar’.*** ***Ela fala. Não sei se ela vê isso, se ouviu de alguém. Às vezes, a pessoa passa e fala alguma coisa e criança, já viu, né? Ela é muito esperta.”*** (Entrevistada 8). Outras ficam entediadas, irritadas e choram por não poder brincar na rua. Uma parcela dos pais e responsáveis considerou que eles são muito pequenos para compreender o assunto, embora acredite que estar perto da família é fundamental para gerar um sentimento de segurança para as crianças: ***“A definição de segurança pra eles é isso, é tá perto do pai ou da mãe.”*** (Entrevistada 1).

Considerações finais

É preciso destacar que, com criatividade, os pais, mães e responsáveis entrevistados/as revelaram esforços para incluir seus filhos, ampliar sua participação e oferecer segurança a eles. No entanto, compreendemos que as condições objetivas e subjetivas de cada família limitam ou criam oportunidades para o desenvolvimento e para a educação das crianças. Nesse sentido, o suporte do Estado e da sociedade são fundamentais para a proteção integral dos pequenos. Em nosso projeto, entendemos que a inclusão, a participação e a segurança estão diretamente relacionadas ao acesso da população a bens e serviços públicos de qualidade.

Foi muito importante conhecer a visão de pais e/ou responsáveis sobre a educação de crianças na Primeira infância na comunidade da Rocinha e ouvir como ela pode melhorar. Na próxima etapa da pesquisa, conversaremos com profissionais de creches e pré-escolas sobre o assunto. Convidamos você a conhecer mais sobre o projeto no site do CIESPI/PUC-Rio: www.ciespi.org.br e a participar conosco através do e-mail: ciespi@ciespi.org.br ou do WhatsApp: 21 98266 7045.

¹ O projeto é desenvolvido com apoio do UK Global Challenges Research Fund (GCRF), Reino Unido. Internacionalmente, coordenado por Kay Tisdall, professora da Murray House School of Education da Universidade de Edimburgo (Escócia). No Brasil, coordenado por Irene Rizzini, professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e diretora do CIESPI/PUC-Rio.